

Avaliação de Cursos pelos Alunos: considerações*

HERALDO MARELIM VIANNA

Pesquisador Sênior do Departamento de Pesquisas Educacionais
da Fundação Carlos Chagas, São Paulo, SP
hvianna@fcc.org.br

Resumo

O artigo procura discutir as dimensões envolvidas no processo de avaliação de cursos universitários pelos próprios alunos. Apresenta, inicialmente, algumas experiências do autor tendo por objetivo ilustrar uma de suas teses: a de que a avaliação gera conhecimentos fundamentais para o planejamento e para a ação institucional. Procura destacar, e considera indispensável, a ação interativa professor/aluno na orientação da aprendizagem. Ressalta, a seguir, que a avaliação de cursos, quando bem conduzida, reflete o impacto do processo educacional por intermédio do pensar e do agir dos alunos/avaliadores. Algumas características ligadas à figura do professor, especialmente as relacionadas ao seu desempenho em sala e à orientação dos alunos, são amplamente consideradas. Ao final, o texto analisa a integração da auto-avaliação do professor e da avaliação dos vários professores que participam da unidade departamental como essenciais à apreciação da qualidade de um curso

Palavras-chave: avaliação institucional, avaliação de curso, interação professor/aluno, auto-avaliação, avaliação de pares.

Resumen

El texto se propone discutir las dimensiones relativas al proceso de evaluación de los cursos universitarios por los propios alumnos. Inicialmente, presenta algunas experiencias del autor con el objetivo de ilustrar una de sus tesis: la de que la evaluación genera conocimientos fundamentales para la planificación y para la acción institucional. Procura destacar, considerándola indispensable, la acción interactiva profesor/alumno en la orientación del aprendizaje. A continuación, destaca que la evaluación de los cursos, cuando bien realizada, refleja el impacto del proceso educacional a través del pensar y de la actuación de los alumnos/evaluadores. Algunas características vinculadas a la figura del profesor, en especial las relativas a su desempeño en la clase y a la orientación de los alumnos, son largamente consideradas. Al final, el estudio considera la integración de la auto-evaluación del profesor y de la evaluación de los varios profesores que participan en la unidad departamental, como esenciales para la apreciación de la calidad de un curso.

Palabras-clave: evaluación institucional, evaluación del curso, interacción profesor/alumno, auto-evaluación, evaluación entre pares.

* Palestra realizada na Universidade de São Paulo no dia 28 de novembro de 2003.

Abstract

This article attempts to discuss the dimensions involved in the process of evaluating university courses by their own students. First, it reports on some of the author's experiments aiming to illustrate one of his theses, namely that evaluation produces knowledge which is fundamental for the institution's planning and actions. It then tries to highlight – and considers indispensable – the teacher/student interaction in directing the learning process. It also emphasizes that course evaluation, when well conducted, reflects the impact the educational process has by means of the way students *qua* evaluators think and act. Some of the teacher's characteristics, especially those related to his performance in the classroom and to advising students, are discussed at length. Finally, the text considers the integration of the teacher's self-evaluation and the evaluation of the various teachers in the department as essential to appreciate the quality of a course.

Key word: institutional evaluation, course evaluation, teacher/student interaction, self-evaluation, peer evaluation.

1 INTRODUÇÃO

Ao propor, no final de 2003, a realização do 1º *Seminário Internacional de Avaliação da Graduação e da Pós-Graduação*, assim como o 5º *Seminário Nacional de Avaliação da Graduação*, a Universidade de São Paulo-USP deu um grande passo para concretizar sua auto-avaliação nos termos do que foi instituído pelo Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo, na Deliberação CEE nº 04/2000, aprovada em 22 de março de 2000, que instituiu o processo de avaliação de Universidades e de Centros Universitários do Sistema Estadual de Ensino.

Essa Deliberação, como não poderia deixar de ser, privilegiou a auto-avaliação, considerando que as instituições envolvidas – Universidade de São Paulo – USP, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Universidade Estadual Paulista – Unesp, Universidade de Taubaté – Unitau e os Centros Universitários de Santo André, São Caetano e Araras – possuíam alma própria e apresentavam características personalíssimas, ainda que, no conjunto, compartilhassem dos mesmos interesses: - gerar conhecimentos por intermédio de pesquisas e promover a educação superior, além dos serviços de extensão.

Não podemos deixar de ressaltar a importância que teve o Prof. Dr. Flávio Fava de Moraes, ex-Reitor da Universidade de São Paulo e membro do Conselho Estadual de Educação, na elaboração do relatório final da Deliberação CEE nº 04/2000, ao estabelecer caminhos de ligação com diferentes membros das instituições universitárias oficiais do Estado, fazendo com que vários segmentos dessas instituições pudessem manifestar seu pensamento. Ao longo de três meses a proposta da Deliberação foi discutida na Câmara de Educação Superior, da qual faziam parte educadores ligados às várias instituições, e, posteriormente, foi analisada e discutida pelo Pleno do Conselho Estadual de Educação, sendo em ambos os casos aprovada por unanimidade.

2 INTERAÇÃO DE ALGUMAS VIVÊNCIAS

Ao sermos convidados pela Profª Dra. Sônia Teresinha de Souza Penin, Pró-Reitora de Graduação, para participar do Seminário, ficou claro que, no decorrer da nossa apresentação, haveria uma troca de experiências e que procuraríamos oferecer aos participantes múltiplas vivências na área da avaliação. Assim, reportamo-nos ao ano de 1998, quando tivemos oportunidade de participar de um seminário na Universidade de Harvard

(Cambridge, Mass.), do qual participaram educadores de diferentes países da América do Sul, sendo a USP representada pelo Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz, atual Vice-Reitor, e outros dois integrantes da mesma universidade. Ao término de uma semana de intensos trabalhos, pudemos avaliar que as discussões foram extremamente úteis, inclusive pelos documentos lidos e os *talk shows* (metodologia usada no seminário) de que participamos.

Ao fim dos debates, houve um jantar, em um dos três grandes museus de arte da Universidade, para a integração com pessoas das várias áreas de conhecimento da instituição. Tivemos, então, a oportunidade de conversar com um professor norte-americano, que nos falou do seu entusiasmo pelo que observou no campo da Física quando da visita a uma universidade brasileira. Destacou a excelência da formação do seu corpo docente, a atualização da programação curricular e a relevância das pesquisas realizadas, inclusive algumas delas pesquisas de ponta. Estava se referindo ao Instituto de Física da USP.

Recentemente, tivemos a oportunidade de vivenciar uma experiência bastante gratificante ao encontrar uma pessoa interessada na cultura helênica, que nos falou da dificuldade que tinha de selecionar livros para o ensino da língua grega antiga. Necessitava importar material, que nem sempre possuía metodologias adequadas ao contexto brasileiro e com deficiências em relação a textos e exercícios. “Agora, resolvi o problema com a publicação de um livro nacional bem-estruturado, com todas as características desejáveis para o ensino do grego antigo a estudantes das nossas instituições de ensino superior”, disse-nos. Acrescentou, ainda, que o livro tinha passado por um processo de avaliação formativa durante todas as fases de sua produção e testagem junto a estudantes universitários brasileiros. Ficamos extremamente gratificados ao saber que esse livro fora escrito pelo Prof. Dr. Henrique Murachco¹, da Universidade de São Paulo – USP.

Sentimos, ao vivenciarmos as duas situações apontadas, que detínhamos informações que a *sociedade* muito possivelmente não possuía; dessa forma, podemos antecipar a resposta a uma questão muitas vezes feita, inclusive no meio universitário: *Avaliar, por quê?*

¹ MURACHCO, Henrique. *Língua Grega - Visão semântica, lógica, orgânica e funcional*. 1º vol. *Teoria*. 2º vol. *Prática*. 1. ed. 2001. Petrópolis: Vozes, 2003. 2 ed.

3 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – POR QUÊ?

As exemplificações anteriores deixam-nos antever que a avaliação institucional se impõe pois informa à *sociedade* e leva ao *autoconhecimento*. A universidade, nos dias fluentes, guarda certa semelhança com as instituições imaginadas por Humboldt na busca do conhecimento e na geração de novos saberes; contudo, hoje, é uma instituição bem mais complexa, com objetivos mais amplos e diferentes prioridades, que exigem um atendimento imediato. Assim, como instituição do mundo moderno, necessita de múltiplos *dados de informação* para realizar *juízos de valor* e tomar *decisões* sobre linhas de ação.

A avaliação vai permitir que a universidade identifique suas *necessidades*, que são múltiplas e variadas. A universidade de hoje está baseada em um modelo – ensino, pesquisa e extensão – que pressupõe uma estrutura complexa, com suas faculdades, institutos, departamentos, além de múltiplos órgãos necessários ao cumprimento de sua missão e ao atendimento de suas especificidades; desse modo, a avaliação é algo que se impõe para fins de *planejamento e ação*.

A universidade com seus cursos, programas, currículos e disciplinas precisa criar condições para funcionar satisfatoriamente, pois, além dos seus objetivos básicos, anteriormente destacados, cabe-lhe a responsabilidade de promover a *profissionalização* dos seus alunos, precisando, portanto, de um corpo docente que constantemente se renova e atualiza os seus conhecimentos. Nesse sentido, a avaliação será usada para definir sua política de admissão de professores, selecionando não apenas os mais capacitados, mas aqueles que serão capazes de interagir mais facilmente com o corpo discente.

4 A QUESTÃO DA INTERAÇÃO PROFESSOR/ALUNO

O jornal *O Estado de S. Paulo*, em uma de suas edições de novembro de 2003, apresentou uma situação que deve ser objeto de consideração no contexto da discussão ora apresentada. Algumas instituições norte-americanas de ensino superior – apresentava o jornal – tinham como uma de suas metas, em passado recente, obter a colaboração profissional de ganhadores de Prêmio Nobel para suas diferentes áreas acadêmicas. Isso traduzia prestígio, oferecia maior atratividade para futuros professores e alunos; enfim, aumentava o *status* da universidade junto à comunidade.

Observaram essas mesmas universidades, entretanto, que os ganhadores de Prêmio Nobel escreviam livros, atuavam em institutos de estudos avançados, faziam conferências, desenvolviam projetos de pesquisas, participavam de congressos, davam assessoria a diferentes instituições, entre outras atividades acadêmicas igualmente relevantes; contudo, uma constatação foi feita: - quase nunca davam aula ou ministravam cursos. As aulas, na verdade, eram conduzidas por candidatos a PhD e por professores adjuntos; ou seja, apesar de figuras de grande prestígio, por seus conhecimentos substantivos e pela prática efetiva da pesquisa, nunca, entretanto, interagem com os estudantes, por não participarem das atividades de sala de aula.

Antes de finalizarmos o presente item, relataremos outra experiência pessoal que nos foi altamente gratificante. Ao lermos um livro de filosofia², escrito por um professor da Universidade de Oxford e *Fellow* da Universidade de Essex, na Inglaterra, juntamente com um colega, ex-conferencista no St.Hilda's College, em Oxford e, mais tarde, professor na Universidade de Hong Kong, deparamo-nos com surpreendentes palavras apresentadas no Prefácio à edição brasileira, que a seguir transcrevemos:

"A filosofia no Brasil tem sua história própria no século XX. Algumas figuras, como Raimundo de Farias Brito e João Cruz Costa, pesquisaram e desenvolveram uma tradição filosófica brasileira independente, enquanto outros, como Euríalo Canabrava e Leônidas Hegenberg, contribuíram para o avanço internacional da lógica, da filosofia da ciência e da filosofia da matemática."

João Cruz Costa (1904-1978), humanista, autor de uma das mais importantes obras para entendimento da evolução da cultura brasileira³, foi historiador, filósofo, mas, sobretudo, *professor* na Universidade de São Paulo de 1950, quando fez concurso para a Cátedra de Filosofia, a 1965, quando teve sua carreira acadêmica interrompida. Foi um pensador crítico que influenciou os seus alunos, com eles interagindo, fazendo com que analisassem criticamente os filósofos e adotassem posturas críticas em relação ao mundo dos homens e das idéias, marcando, assim, toda uma geração, por seu *comportamento interativo*.

Euríalo Canabrava (1908-1978), igualmente mencionado no texto citado, foi nosso professor de filosofia no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, lecionando na última série do antigo Colegial-Científico, no final

² BUNIN, Nicholas e TSUI-JAMES, E.P. *Compêndio de Filosofia* (The Blackwell Companion to Philosophy). São Paulo: Loyola, 2002.

³ CRUZ COSTA, João. *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. (1ª ed. 1956)

dos anos 40. Impressionava-nos a sua capacidade de apresentar e comunicar idéias abstratas a um grupo de jovens que ainda aspiravam a ingressar no ensino superior. Ele, que mais tarde seria conhecido no mundo universitário anglo-saxão por seus estudos de filosofia científica, teoria da decisão, lógica simbólica e epistemologia⁴, soube se *aproximar* e *interagir* com seus alunos recém-saídos da adolescência, orientando suas leituras, inclusive indicando livros, como o que reproduzia o curso ministrado, nos anos 30, pelo filósofo espanhol Manuel Garcia Morente⁵ (1886-1942), na Universidade Nacional de Tucumán (Argentina).

A longa digressão se justifica, ao considerarmos que ambos – Cruz Costa e Canabrava – foram exemplos de professores que souberam interagir com seus alunos. O grau de interação professor/aluno, no processo de aprendizagem, reiteramos, deve ser um dos tópicos obrigatórios na avaliação de cursos pelos alunos.⁶

5 AVALIAÇÃO DE CURSO E AUTO-AVALIAÇÃO DO ALUNO

Ao longo da presente exposição, temos acentuado reiteradas vezes que a aprendizagem resulta de um *processo de interação* formado pelo trinômio professor-aluno-conhecimento. A avaliação não pode ser episódica, mas resultar de um *processo contínuo, sistemático e orientador*. A avaliação, na medida do possível, precisa ser personalizada. No caso que enfocamos – avaliação de cursos –, ela se traduz por ser uma *auto-análise*. Assim, a avaliação de um curso tem como enfoque inicial a *auto-avaliação* do aluno em relação ao curso. Na medida em que o aluno se apercebe que o curso tem um significado para ele e que ocorrem mudanças na sua *maneira de pensar e agir*, pode-se inferir que também ocorreram mudanças no educador.

⁴ Para um conhecimento geral de sua filosofia, ver, por exemplo, CANABRAVA, E. *Ensaio Filosóficos*. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1957. 280 p.

⁵ GARCIA MORENTE, Manuel. *Lecciones Preliminares de Filosofia*. Editorial Losada, S.A. Buenos Aires, 1943. Existe uma tradução brasileira – *Fundamentos de Filosofia – Lições Preliminares*. Ed. Mestre Jou, São Paulo, 1980, mas com base na edição espanhola de 1962 (8ª ed.) da Epasa-Calpe, S.A., Madri, que difere da edição argentina da Editorial Losada S.A., pela redução de alguns capítulos e a introdução de outros não escritos por Garcia Morente.

⁶ Para uma análise mais ampla do assunto, ver VIANNA, H.M. Avaliação do Rendimento Escolar e a interação aluno/professor, *Estudos em Avaliação Educacional*, n. 7, 1993, p.89-94. Fundação Carlos Chagas. São Paulo.

O aluno levará em conta, nessa auto-avaliação, as suas *necessidades e possibilidades*. Ao professor caberá, então, formular *juízos de valor* sobre o discurso de natureza crítica relativamente ao curso que ele orienta. Não podemos esquecer que, ao avaliar um curso, o aluno está expressando, na verdade, um *autoconceito* em relação ao trabalho que realizou (ou que não lhe foi exigido), às leituras de livros e revistas que fez (ou que não fez por falta de indicação). Não devemos esquecer que o ensino universitário tem como um de seus componentes o fato de ser *book oriented & reading oriented*, pois são essas leituras que irão, mais tarde, fundamentar as suas atividades práticas. As leituras devem, entretanto, ser seletivas, predominando o *qualitativo* sobre o quantitativo.

Nessa sua auto-avaliação em relação aos cursos que faz, o aluno deve considerar outros aspectos, a fim de determinar o seu *grau de participação* em sala e no *trabalho conjunto* professor/aluno. Além disso, se devidamente orientado para fazer a avaliação de um curso, o aluno precisa questionar-se sobre a *utilidade* dos assuntos para sua formação, inclusive do ponto de vista social, a *validade* dos métodos selecionados para orientação da aprendizagem e suas repercussões. Complementando a sua auto-avaliação, é preciso que esclareça a *eficiência* das estratégias empregadas em sala para garantia da aprendizagem formativa e, igualmente, mostre o significado das diversas *habilidades* desenvolvidas ao longo de todo o curso.

6 O PROFESSOR, O CURSO E OS ALUNOS

Seguindo a orientação anteriormente definida, após apresentarmos o relato de algumas vivências, a interação professor/aluno/conhecimento e a avaliação do aluno como um processo de autoconhecimento, prosseguiremos com a temática geral desta discussão definindo qual deva ser, na perspectiva da participação do aluno na sua análise e auto-avaliação, o *posicionamento do professor* com relação a alguns aspectos que são fundamentais na avaliação de um curso.

A *atualização dos conhecimentos* transmitidos pelo professor, ainda que seja um ponto que possa ser questionável – tem o aluno condições de fazer um julgamento em relação a esse aspecto? – é necessária. É preciso também que algum subsídio seja levantado, considerando que o processo de desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico é constante, havendo, nesse sentido, toda uma literatura que aponta para um grande crescimento das informações que a cada cinco anos se estariam duplicando. Isso ocorreria no campo das humanidades, com novas visões, percepções e

abertura de outras perspectivas que levam a novas análises e questionamentos. A título de ilustração, lembremos que em 2002 foi o centenário da publicação de *Os Sertões*, obra fundamental para entendimento da cultura brasileira, quando foram realizadas conferências, palestras e seminários; publicados novos livros e divulgados artigos, ensaios e novas teses interpretativas dessa admirável obra euclidiana. No campo científico bastaria lembrar a importante atividade de divulgação feita no *site* da Fapesp, relativamente ao campo diferenciado de diversas ciências, com ementas de descobertas científicas, publicação de livros e outras múltiplas atividades que estão gerando novos e significativos conhecimentos.

Ainda nesse aspecto, o aluno, na sua avaliação, deve considerar outros pontos, com destaque para:

- I- a *clareza* das apresentações em sala de aula;
- II- o *relacionamento* estabelecido entre alunos e professores;
- III- o *atendimento* prestado às necessidades dos alunos relativamente à teoria e à prática, no processo de aprendizagem;
- IV- a *natureza* das discussões realizadas ao longo do processo de ensino.

Todos esses pontos devem ser considerados numa avaliação baseada em opiniões dos alunos. Alguns aspectos apontados podem gerar polêmicas, mas acreditamos ser benéfico que isso aconteça, desde que o embate de idéias se faça de forma construtiva e gere aspectos positivos para a promoção da aprendizagem e o desenvolvimento de aspectos relevantes do curso.

Precisamos destacar que a avaliação de um curso implica, necessariamente, a análise da organização dos procedimentos em classe, compreendendo, no caso, diferentes aspectos:

- 1- *planejamento* das atividades;
- 2- *centralização* das atividades no ALUNO;
- 3- *organização* das discussões e de seminários; e
- 4- *aprofundamento técnico* das áreas curriculares e sua *importância relativa* no curso.

7 AVALIAÇÃO DE UM CURSO: OUTRAS DIMENSÕES

Acreditamos que os alunos devem opinar sobre os conteúdos das disciplinas ministradas no curso, considerando, principalmente:

- 1- a *relevância* dos assuntos tratados;
- 2- o *nível das apresentações*, levando-se em conta se o curso é introdutório ou avançado;
- 3- a *quantidade* e, sobretudo, a *qualidade* dos trabalhos desenvolvidos, em razão das atividades que devem ser obrigatoriamente centradas nos alunos.

Queremos destacar que outras dimensões devem, igualmente, ser analisadas pelos alunos, como subsídios para o aprimoramento dos cursos. Lembremos os seguintes aspectos:

- 1- a *bibliografia indicada*, inclusive a natureza dos textos e de outros materiais igualmente possíveis, conforme a natureza do curso, observando a relevância, o grau de dificuldade e a sua atualização;
- 2- a *natureza dos trabalhos teóricos* propostos, inclusive a parte de orientação das leituras indicadas;
- 3- a *estruturação dos trabalhos práticos* e a *orientação metodológica* para sua realização.

Ainda que todos os pontos aqui considerados sejam críticos, há, contudo, na avaliação de um curso, outro aspecto da maior relevância:- a *avaliação da avaliação*, ou seja, usando uma linguagem mais técnica, a *METAVALIAÇÃO*, abrangendo todos os procedimentos utilizados nas avaliações, o seu caráter formativo, visando o acompanhamento do processo de desenvolvimento do curso, a frequência de realização dos diferentes tipos de avaliação empregados no decorrer do curso e a *AUTO-AVALIAÇÃO* dos alunos, prática esta bastante rarefeita em nosso contexto educacional, inclusive no ensino superior, mas que precisaria ser introduzida, tendo em vista a sua relevância para o aluno e muito especialmente para os responsáveis pelo desenvolvimento do curso.

8 CONCLUSÃO – UMA PERGUNTA FINAL

Fizemos, inicialmente, uma longa digressão antes de abordarmos o tema central da nossa apresentação, e disso estamos plenamente conscientes. Sabemos que se trata de uma temática bastante polêmica e que somente nos dias fluentes a nossa sociedade começa a aperceber-se da importância da avaliação ao longo dos diferentes momentos de nossas vidas. Assim, procuramos ressaltar o significado da avaliação; as lições a serem extraídas de nossas vivências; a associação entre avaliação e planejamento educacional. Destacamos, também, a importância da interação professor/aluno e da avaliação de cursos como um dos aspectos de uma avaliação mais geral, que é a *auto-avaliação* dos alunos. Apontamos, ainda, para fins de uma discussão mais ampla, a ser feita entre os professores dos cursos, as várias dimensões e seus pontos mais significativos a serem considerados pelos alunos nas suas avaliações.

Ao término dessa discussão, uma pergunta se impõe: - *tudo isso é suficiente para termos uma avaliação de cursos que mereça confiabilidade?* É evidente que não, podemos antecipar. A avaliação de um curso deve ser promovida por *múltiplos agentes*, sendo fundamental a inclusão da *auto-avaliação do professor* de cada uma das disciplinas. Esta última colocação, entretanto, não completa o ciclo de avaliações de um curso. A essa avaliação se deve agregar, também, a *avaliação dos pares*, professores que integram a unidade departamental e que farão uma discussão sobre o curso, suas finalidades, seu papel no currículo e seu nível de excelência, inclusive considerando o desempenho docente.

Temos consciência das dificuldades que se apresentarão e das implicações de natureza política no contexto universitário; entretanto, temos igualmente consciência de que a *avaliação institucional* é algo que precisa ser pensado pela universidade com o objetivo de realizar um *trabalho integrado*: alunos, professores e os demais membros da comunidade universitária.

Recebido em: janeiro 2004 Aprovado para publicação em: fevereiro 2004

